

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 07-02-2018.

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Paulo Brum, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nºs 006 e 007/18 (Processos nºs 0135 e 0162/18, respectivamente), de autoria de João Carlos Nedel; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 347 e 376/17 (Processos nºs 3074 e 3204/17, respectivamente), de autoria de Mauro Pinheiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 377/17 (Processo nº 3208/17), de autoria de Mauro Zacher; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 048/17 (Processo nº 2891/17), de autoria de Ricardo Gomes. Também, foi apregoado o Ofício nº 089/18, do Prefeito, comunicando que se ausentaria do Município no dia sete de fevereiro do corrente, quando participaria de reuniões da Frente Nacional dos Prefeitos, em Brasília – DF. Ainda, foram apregoados os seguintes Memorandos, de Márcio Bins Ely, informando, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 227 do Regimento, sua participação em eventos: nº 004/18, com referência a sessão solene da Câmara Municipal de São Paulo em comemoração ao Dia do Rotary, no dia vinte e um de fevereiro do corrente, em São Paulo – SP –; nº 005/18, com referência a reunião com a Executiva Nacional do Partido Democrático Trabalhista, no dia oito de março do corrente, em Brasília – DF. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta, Rodrigo Maroni, Adeli Sell, Moisés Barboza, Idenir Cecchim, Tarciso Flecha Negra, Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon, Ricardo Gomes e Felipe Camozzato. A seguir, a Presidenta registrou o transcurso do aniversário de João Carlos Nedel. Às quinze horas e vinte e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 027/17 (Processo nº 1721/17), em sua parte vetada, por vinte e dois votos SIM e seis votos NÃO, considerando-se rejeitado o Veto Parcial oposto, após ser discutido por Mendes Ribeiro, Sofia Cavedon e Comandante Nádia e encaminhado à votação por José Freitas, Cláudio Janta e Airto Ferronato, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica

Leal, Paulo Brum, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e Não Airto Ferronato, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro e Moisés Barboza. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 048/17 (Processo nº 0590/17), após ser discutido por Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Reginaldo Pujol, Tarciso Flecha Negra, Idenir Cecchim, Sofia Cavedon e Mendes Ribeiro. Na oportunidade, foi apregoado Requerimento de autoria de Luciano Marcantônio, deferido pela Presidenta, solicitando votação em destaque para o artigo 2º do Projeto de Lei do Legislativo nº 048/17. Foi votado destacadamente e rejeitado o artigo 2º do Projeto de Lei do Legislativo nº 048/17, por nove votos SIM e dezessete votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Tarciso Flecha Negra. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 048/17, em sua parte não destacada, por dezessete votos SIM e dez votos NÃO, em votação nominal solicitada por Luciano Marcantônio, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e Não Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulo Brum e Ricardo Gomes. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/18 (Processo nº 0226/18), após ser discutido por Dr. Thiago, Adeli Sell, Idenir Cecchim, Reginaldo Pujol e Sofia Cavedon. Em continuidade, foi aprovado Requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 008/17 (Processo nº 0896/17). Também, foi apregoado o Memorando nº 007/18, de Márcio Bins Ely, solicitando tornar sem efeitos os Memorandos nºs 004 e 005/18 de sua lavra, anteriormente apregoados na presente Sessão. Às dezessete horas e quatorze minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Idenir Cecchim, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, 2ª Sessão, estiveram os Projetos de Lei do Legislativo nºs 342 e 343/17. Durante a Sessão, Idenir Cecchim manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas e quinze minutos, a Presidenta declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e Mauro Pinheiro e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, uso hoje este tempo para dizer que centenas de Municípios e Estados do nosso País, provavelmente no Congresso Nacional, centenas de parlamentares estarão usando os púlpitos para defender os seus eleitores que para lá os conduziram. O Parlamento é um conjunto de ideias e representações da sociedade. O Parlamento – seu nome já diz – é para discutir, debater, mas principalmente para procurar o bem comum da sociedade. O Parlamento não deve esgotar, em hipótese alguma, as discussões. E o que se tem visto muito é abrirem mão da discussão, abrirem mão da negociação e do diálogo, e procurarem a Justiça. Aqui mesmo nesta Casa já aconteceu isso. Já subi, aqui nesta tribuna, condenando isso. Eu acho que os nossos eleitores nos deram o papel de dialogar com o Executivo, de dialogar com partes da sociedade para procurarmos o bem comum.

O que não pode é o Executivo mandar um projeto de lei para a Casa do Povo, seja ela a Câmara de Vereadores, seja ela a Assembleia Legislativa, seja ela o Congresso Nacional, e esse Poder se furtar de discutir e procurar o Judiciário. Não podemos dar o direito de debater, de discutir, de parlamentar para o Judiciário. Depois, nós nos queixamos que o Judiciário intervém na questão parlamentar. A questão parlamentar é sagrada, do voto. Nós fomos às ruas pedir o direito do voto. Nós fomos às ruas pedir o direito da casa parlamentar. Nós fomos às ruas fazer valer a questão parlamentar. Não podemos regredir, não podemos voltar ao passado na intervenção. E buscamos a intervenção judiciária. Nós nos negamos, muitas vezes, a votar, não usando o regimento da Casa, retirando o quórum, usando o regimento, protelando, mas ir buscar a Justiça... Pelo amor de Deus, isso aconteceu aqui na Casa não uma, não duas, não três vezes! Buscar a Justiça, isso desonra o Parlamento, isso desonra a democracia, isso enfraquece a democracia. Isso leva a aumentar, juntamente com a corrupção e os desvios, o número de abstenções. Eu não tenho por que sair da minha casa no dia da eleição e ir votar num representante, porque, no momento decisivo, em que eu preciso alocar recursos para a educação, para a saúde e para a segurança pública, o meu representante vai buscar a Justiça, o meu representante se furta de me chamar para o debate, se furta de me chamar para usar os meios do Parlamento e vai buscar o Judiciário. Eu não preciso do meu representante na Câmara Municipal, eu não preciso do meu representante na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional se, na hora de parlamentar, na hora de debater, de discutir, ele vai buscar a Justiça. Para isso, eu preciso de um advogado, para isso eu tenho a Ordem dos Advogados do Brasil, para isso eu tenho a minha associação de moradores, para isso eu tenho a minha entidade sindical, para isso eu tenho várias ONGs, várias entidades, eu não preciso do meu parlamentar. Eu preciso do meu parlamentar para subir no púlpito, eu preciso do meu parlamentar para estar me representando no Parlamento e nas atividades nas ruas, não para procurar a Justiça. O papel do parlamentar é estar debatendo, o papel do parlamentar é estar fazendo política. Colegas, não vamos abrir mão do nosso papel

parlamentar. Esse é o nosso papel incumbido pelo povo, pelo voto popular. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, caros colegas, Vereadores. Quero fazer uma saudação especial à Ver.^a Mônica Leal, que nos preside. Tivemos as presidentes Ver.^a Margarete Moraes, Ver.^a Sofia Cavedon e Ver.^a Maria Celeste. Eu saí um tempo, mas acho bom ter as mulheres presidindo, fico feliz. Eu venho aqui para falar, hoje, na verdade, de uma luta fundamental em todos os Municípios, que é a luta relacionada à questão da castração, Ver. Carús, que para nós, da causa animal, Ver.^a Nádia, que senta ao lado do futuro Prefeito, é fundamental. Nós conseguimos - e eu fico muito contente de estar anunciando aqui - uma emenda que vai privilegiar 73 Municípios pela primeira vez na história. E quero fazer uma saudação - Ver. Cecchim, queria que tu escutasses isso, e aqui eu não faço uma defesa ideológica, muito menos uma defesa partidária, até porque não sou do PMDB -, porque foi à primeira vez que houve a liberação de uma verba federal, através do atual Governo, específica para a castração. Antigamente, havia para os animais, através da Saúde ou através da Vigilância Sanitária. E dessa vez, não; nós conseguimos para 73 Municípios verba para a castração, uma verba de R\$ 300 mil, através do Deputado Cajar Nardes, para quem tenho de fazer aqui uma saudação. Eu pedi, no início do ano passado, que ele fizesse essa emenda que, para nós, era fundamental. E ele dedicou 80% das emendas que os deputados federais têm, especificamente, para castração. Eu até queria que fosse 100%, mas, obviamente, eu não tenho ingerência sobre o mandato do Deputado. Isso vai representar, na verdade, milhares de animais castrados, o que é uma das grandes pautas para nós que lutamos pelos animais. Com a castração, não haverá animais de rua e, naturalmente, não haverá fome, porque não mais se procriarão. Eu mesmo vivi, dezenas de vezes, colega Cecchim, resgates, onde, por exemplo, tem uma cadela com 12 filhotes e, simplesmente, não se tem o que fazer. Esses filhotes estão à mercê de atropelamentos, porque nascem no meio do mato. No Caminho do Meio, em Viamão, é um local de descarte muito grande. Aqui em Porto Alegre, no Lami, na Restinga, no caminho do Lajeado, na Elisabeth, são vários os locais onde se pega uma cadela com 6, 8, 10 ou 12 filhotes, muitas vezes. E esses animais são jogados à morte. Então, essa emenda do Deputado, na minha opinião, é o que nós temos de fundamental para este ano. Eu fico feliz de estar anunciando isso aqui, porque não é uma vitória pessoal, até porque a emenda é do Deputado que, através do Governo Federal, conseguiu essa verba para a castração. Não consigo entender como é que os Municípios não têm uma política de castração específica numa grande dimensão. Hoje, aqui no Departamento, por exemplo, apesar de eu falar com o Secretário Maurício, são feitas 60, 80, 100 castrações, o que é muito abaixo da realidade e do necessário, até porque, hoje, há dois ou três CCs no

Departamento, e os restantes sete ou oito são veterinários. Ou seja, é um Departamento que funciona com 13 funcionários, numa realidade de falta de verba, inclusive de falta de ração, de medicamentos, que eu tive de doar. Vereador Robaina, eu doe ração para o Departamento; um Vereador tendo de doar para o Executivo por falta de verbas! Essa é a realidade que se tem hoje, do Município quebrado, endividado. Mas como eu vim aqui falar da castração, eu peço para os colegas, quando tiverem emendas para fazer aqui, dedicarem para a castração, porque é a única solução que temos para nossos animais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Vereadora Mônica Leal, Ver. Cláudio Janta, colegas Vereadores e Vereadoras, estou falando aqui em nome do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, dos Vereadores Sofia Cavedon, Marcelo Sgarbossa e do nosso novo Líder da Bancada, Aldacir Oliboni. Creio que também falarei por outros Vereadores, porque, afinal de contas, Ver. Robaina, perguntar não ofende; afinal de contas, aprovamos aqui um pedido de empréstimo de R\$ 120 milhões que pode ser feito pelo Executivo Municipal. A última notícia que vejo é que temos R\$ 110 milhões do BRT, que estaria na Caixa. Ouvi também dizer que se o Governo Municipal pagar as empresas, ele poderá fazer um aporte de R\$ 300 milhões. Confere ou não confere? O Refis, que nós aprovamos ano passado aqui - não foi nem no início do ano, Ver. Rodrigo Maroni e Ver. Felipe Camozzato -, de R\$ 32 milhões, a Secretaria da Fazenda já negociou e o dinheiro está entrando em caixa. Por que os portais, o Portal da Prefeitura não coloca esses números para que a gente possa olhar, ver, inclusive divulgar? O que eu disse aqui são elementos altamente positivos para Porto Alegre, aí fico olhando e vou atrás dos números, Ver.^a Fernanda Melchionna, da EPTC: quase R\$ 50 milhões de multas arrecadadas no ano passado. Se o Ver. Valter estivesse aqui, ele poderia confirmar inclusive os centavos, porque o ele, inclusive, é focado neste tema e poderia nos ajudar. E aí temos a Lei de Acesso à Informação de 2011, Ver. Alvoni Medina e Ver. José Freitas: todos os poderes públicos constituídos devem ter um portal de transparência de fácil acesso, para qualquer cidadão olhar. Eis que, ontem, lança-se na cidade de Porto Alegre a Carta de Serviços, um guia para acesso aos órgãos e serviços da Prefeitura, pedindo ajuda para construir um *site* e um modelo de acessar os serviços. Vamos parar com essa brincadeira, não é? Vamos parar com essa brincadeira! A Lei está aí, a Lei diz que tem que ter um serviço. As pessoas, esta semana, Ver.^a Comandante Nádia, ligavam para o 156, que está abarrotado de coisas, e os atendentes entram em pânico, são estagiários, servidores que acabam de entrar na Prefeitura, em pânico, dando informações completamente desordenadas. Ver. Nedel, Presidente da nossa gloriosa CEFOR, veja o seguinte: hoje a Prefeitura não tem domínio sobre a sua estrutura, ninguém sabe a diferença entre DMAE e DEP, quem faz uma coisa e quem

faz outra coisa – alguém venha aqui me provar o contrário, é impossível! Eu estou aqui, Ver. Cecchim, como disse no Grande Expediente, na segunda-feira, para ajudar, mas não me deixam ajudar, me coíbem. O lançamento da Carta de Serviços ontem é uma enganação, não me venham com esse papo, porque no *site* da Prefeitura tem que ter todas as Secretarias, todos os Departamentos com endereço, mas eles se escondem! Para você achar o *e-mail* de algumas Secretarias, tem que ir lá, aí você vê um genérico. Agora, eu também faço ressalvas – Ah, eu faço ressalvas! –, Ver.^a Sofia: o Secretário Erno. Ontem eu encaminhei aquilo que se chama uma tragédia. Está resolvido! Eu tenho o *e-mail* direto do Secretário, passei as questões, ele pediu mais informações, a secretária ligou para o gabinete; isso é Secretaria! Agora, Carta de Serviços, querido Ver. Moisés Barboza, o Secretário não leu a Lei de Acesso à Informação. Eu já falei para o Secretário que eu posso fazer uma aula sobre a Lei de Acesso à Informação, sobre *compliance*, que diz respeito à Lei Anticorrupção. Não vou cobrar nada, sou agente público, sou Vereador. Por sinal, Ver. Cecchim, vou marcar, aqui na Câmara, por minha conta e risco, uma conversa, eu tenho uma aulinha pronta sobre essa questão. Eu quero ajudar a minha Cidade, mas espero que me deixem, que o Executivo me escute. Esse é o caminho, o resto é Gre-Nal de quinta categoria.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Boa tarde, Ver.^a Mônica, colegas. Eu cheguei aqui no plenário no momento em que o colega Ver. Cláudio Janta estava falando sobre interferência dos Poderes. Eu já tinha decidido que hoje eu traria a esta tribuna esse tema. Hoje, o veículo do jornal Zero Hora – eu quero solicitar um pouco de atenção aqui, neste momento, para o Líder Idenir Cecchim – traz uma reportagem complexa (Mostra jornal Zero Hora.) sobre o que está acontecendo na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, sobre, literalmente, Parlamentares judicializarem temas que deveriam ser discutidos naquela Casa Legislativa, e havia tempo para isso. “Ah, Moisés, mas o que isso tem a ver conosco?”. Muito! Este ano, eu tive aqui o desprazer de ter interrompido, no momento da votação, um projeto que, para mim, era um dos mais importantes para o meu mandato, sobre a questão das podas da Cidade, a questão da eficácia, a questão que estava sendo debatida e que foi judicializada porque uma liminar foi retirada da nossa pauta no momento da votação. Eu queria dizer para os legisladores, para os deputados que judicializaram esse tema, e quero parabenizar o Governador José Ivo Sartori, e eu também faria isso, a gente nota uma melhora na segurança pública. Temos que reconhecer o esforço do Governo estadual e dizer que esses legisladores estão, sim, contribuindo para que o Estado do Rio Grande do Sul não consiga sair da séria dificuldade financeira em que se encontra. E o engraçado é que esses Parlamentares somente serão os co-responsáveis, talvez, pelo atraso do pagamento ao funcionalismo público, o parcelamento do salário será agravado.

Infelizmente, a nossa população, que não tem toda informação e que está farta da política, da politicagem partidária, da grenalização, não sabe que isso precisa ter nome. Esses parlamentares judicializaram um tema importante que nós temos consciência de que não seria o ideal - e eu, de novo, parablenizo o Governador por ter se posicionado dessa forma. Não é o ideal, mas é a única alternativa que o Estado encontra, para hoje tentar sair de uma grave situação financeira, pagar os seus funcionários e conseguir governar o nosso Estado.

Porto Alegre também teve esse infeliz episódio no ano passado, que graças a Deus, não foi um par desta Casa que entrou na Justiça. Mas o projeto das podas que tentava, pelo princípio de eficácia, dar um prazo à resposta para o cidadão, porque a gente continua vendo árvores caindo em cima de carros, pessoas que solicitam há anos à Prefeitura, sem prazos para resposta, sem prazos para o atendimento.

Eu quero dizer aos pares aqui que hoje vou encaminhar a este Plenário a retirada do meu projeto, com muito pesar, porque está judicializado e não se tem previsão legal. Então nós vamos hoje encaminhar a retirada daquele projeto, porque nós temos a esperança, junto com os pares, de encontrar uma outra solução, uma proposta de encaminhamento para a questão das podas da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIN: Sra. Presidente, assim eu chamo: Presidente. Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, antes de subir a esta tribuna, fui consultar o dicionário Aurélio para saber como deveria chamar uma senhora que preside e, segundo o dicionário, diz que se chama de “presidente”, tanto ela quanto ele. Então, Sra. Presidente, prazer em tê-la presidindo a Sessão num dia em que o nosso Presidente da Câmara, Valter Nagelstein, está ocupando a Prefeitura. Eu acho um dia bom para se ouvir esses discursos, Ver. Janta, escutei V. Exa. falando do parlamentar, do mandato parlamentar. V. Exa. tem outro mandato, como disse, eu não tenho tanta sorte assim, porque, quando sobra tempo, carrego pedra, mas o mandato parlamentar é mandato parlamentar, dado pelo povo. Ouvi muito bem V. Exa., ouvi o discurso do Ver. Adeli Sell, um discurso de oposição propositiva. A Ver^a Sofia brincou comigo, perguntado se eu iria responder ao Ver. Adeli, respondi que não, não tenho o que responder ao Vereador. As coisas que são propositivas devem ser ouvidas, e preferencialmente discutidas e acatadas, se for o caso. Eu quero agradecer, Ver. Moisés, não falo em nome do Governador, o seu discurso coerente e dizer que a grande maioria desta Casa também pensa assim, que se discuta aqui, que se esgote, a oposição, lá na Assembleia, esgotou todo o tempo que tinha, inclusive na convocação extraordinária, para não discutir os projetos, fugiram, mas era do regimento parlamentar, era do mandato, podiam fazer isso e fizeram. Podemos não concordar, e o Rio Grande do Sul não concordou com isso, mas estava no regimento. Agora, entrar na Justiça para tentar

barrar, até o próprio Juiz que deu isso ficou com vergonha e voltou atrás, porque não é do juiz se meter na Assembleia, não foi necessário o Supremo se manifestar. Não foi necessário, o próprio juiz se deu conta da barbaridade que estava cometendo. Daqui a pouco, lá na Assembleia, se vai fazer a votação. Espero que o Rio Grande do Sul tenha uma boa resposta hoje à tarde. Sinceramente, eu não posso acreditar. Tem gente que acha que vai aumentar a dívida daqui a oito, dez anos. Mas eu pergunto: quem é de vocês que já não renegociou o cartão de crédito, para pagar em algumas vezes mais, e quanto mais não pagou lá na frente? Mas era o que tinha a fazer, não tinha outro jeito! Renegociar a dívida faz parte do cidadão quando não pode pagar. Renegociar a dívida é obrigação do governante, quando não consegue pagar o funcionário público, que uma das partes do Estado. E os serviços que tem que prestar para a população, como se vai pagar isso?

Acho que nós vamos começar o ano bem situados: que se discuta no Parlamento o que é do Parlamento, e deixa a Justiça resolver para aqueles que precisam da Justiça, que, normalmente, são os mais pobres. Os mais pobres é que precisam da Justiça, não as grandes corporações. Os mais pobres é que precisam de um juiz, do Ministério Público, do Procon. Aliás, falando em Procon, está na hora de o Procon dar uma olhadinha nos postos de gasolina, e o Ministério Público também, que, quando se meteu, a gasolina aumentou, porque não deixaram vender a gasolina mais barato em Novo Hamburgo do que em Porto Alegre. Vamos começar este ano com boas discussões. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Vereadores e Vereadoras, todos os que nos assistem; hoje, sentado na minha cadeira, eu ouvi a fala do Ver. Moisés me entristeceu muito, assim como a fala do Ver. Cecchim. Espero que os Deputados tenham mais amor por Porto Alegre; espero que aqueles que estão em Brasília também tenham mais amor pelo Brasil. Não é mais hora de se pensar – apesar de este ser o ano das eleições – em voto com este País da maneira como está, não tem como. Então, Ver. Moisés, será lamentável se V. Exa. retirar o seu projeto. Tenho inúmeros Pedidos de Providências no meu e-mail. Eu moro bem pertinho daqui, na rua Bento Martins, e caminho muito por Porto Alegre, como sempre caminhei, de chinelos de dedo e de bermuda, e, pela manhã, de tênis para minha caminhada. Não estou mentindo: na praça, chegando no Gasômetro, logo que eu passei, caiu um galho – se tivesse caído em mim, na idade que estou, não sei se eu levantaria. Há muitos galhos que entram nas casas, que caem nos telhados, nos carros, nas pessoas, e as pessoas têm me perguntado o que fazer, porque a poda foi pedida há seis meses e nada foi feito ainda! Sinceramente, tem hora que dá vontade de ser autoridade e mandar cortar - “Eu garanto” -, porque a gente está vendo que as casas dessas pessoas estão sendo

prejudicadas, os pedestres estão sendo prejudicados. Tudo na vida tem um ciclo, assim como eu e todos nós, de nascer, viver e morrer; as árvores também, só que temos que podá-las profissionalmente, ver se são ou não um perigo para a população. Mas acho que é um dever da Secretaria olhar isso, e o teu projeto, Vereador, vem ao encontro do que o povo está pedindo. As árvores de Porto Alegre nas praças são antigas. Há um ou dois anos, ali na Redenção, caiu uma árvore em cima de uma pessoa, um sinistro. Então o teu projeto não vem aqui para engrandecer uma pessoa, ele vem engrandecer o povo de Porto Alegre. Por isso, sou favorável ao teu projeto, e se ele não for retirado, eu votarei “sim” a esse projeto, porque eu vejo todo povo de Porto Alegre pedindo “pelo amor de Deus, essa árvore está invadindo a minha casa, essa árvore vai cair em cima do meu telhado, que está todo furado!” Com os ventos fortes e as tempestades que estamos tendo, tem que ficar dentro de casa rezando para não cair nada em cima das pessoas. Então, Moisés, eu posso dizer a todos caros colegas que estão aqui: isso é necessário na cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu queria começar cumprimentando todos e todas, a Ver.^a Mônica Leal, que preside os trabalhos, os Vereadores e Vereadoras, o público que nos acompanha. Eu, diferente do Moisés e do Ver. Cecchim, quero elogiar a oposição na Assembleia. Acho que a oposição na Assembleia Legislativa cumpriu e tem cumprido um papel fundamental na luta contra esse projeto chamado de recuperação fiscal, que poderia ser chamado de destruição do Estado. Do ponto de vista político, é obvio que esse projeto é vergonhoso, porque, mais uma vez, impõe ao Estado do Rio Grande do Sul uma série de restrições de congelamento de investimentos nas áreas sociais, de concursos públicos e, mais do que isso, da privatização dos nossos recursos energéticos, como é o caso da CEEE, como é o caso da CRM, como é o caso da Sulgás. Mas isso só nas linhas gerais de um acordo que, teoricamente, era para ser firmado entre o Governo corrupto do Temer com o Governo do Sartori. Esse projeto chegou à Assembleia Legislativa sem nenhum documento que falasse o que estava sendo negociado entre o Governo corrupto do Temer e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Então, os Vereadores querem que a oposição referende, primeiro, uma ilegalidade, porque nós estamos falando de ilegalidade, e eu vou entrar no debate da judicialização da política que os Vereadores trouxeram na tribuna. Ao mesmo tempo, respalde um cheque em branco, no escuro, para uma negociação entre esses governos, um comandado pelo chefe da quadrilha e outro que tem feito pacotes de maldades com os trabalhadores no Rio Grande do Sul, parcelando salários de servidores por três anos sem aumento. Nós temos a professora estadual Karen, que está aqui representando a luta dos trabalhadores também na bancada. O Ver. Roberto Robaina, que sempre falou do tema da dívida, que também foi

feita pelo PMDB com o Governo Britto, e pelo PSDB do Ver. Moisés e do ex-presidente Fernando Henrique. Foi feita uma dívida de R\$ 9 bilhões, que foi paga todos os meses e o Estado só deve mais: R\$ 50 bilhões. O Ver. Cecchim deu o exemplo do cartão de crédito, se for pegar pelo tema da agiotagem e das taxas de juros abusivas, talvez, pudesse ser comparado com o cartão de crédito, com a diferença que, como cartão de crédito, pelo menos, tu podes gastar, e com a diferença que tem uma taxa de juros definida, altíssima, absurda, porque o sistema dos banqueiros é absurdo. No caso do acordo firmado lá na década de 1990 era com juros flutuantes! No escuro total! O Simon falava, nem era eu – o Deputado Pedro Ruas sempre cita –, que se paga, se paga, se paga e nunca se sabe o que foi deduzido dessa dívida. Mas os governos seguem religiosamente fazendo isso e, ao mesmo tempo, querendo impor essas medidas draconianas ao Estado.

Dois, o tema da legalidade. Nós aqui discutimos se um projeto é bom ou ruim, e vocês sabem que eu defendo a luta de classes e a auto-organização dos trabalhadores. Defendo todas as formas de luta para que se possa derrotar projetos que arrasam a carreira dos servidores e que atacam direitos dos servidores públicos, isso é feito no plenário, mas o Judiciário discute se um projeto é legal ou ilegal! Eu tenho muito orgulho de ter feito uma ação, com os meus companheiros, que devolveu a segunda passagem gratuita ao povo de Porto Alegre, graças ao Judiciário! Porque se dependesse do Governo Marchezan, o povo perderia a ação. A roubalheira do Trensurb, agora, nos anos todos em que houve essa lógica do metrô e que agora eles aumentaram em 94% – nós ingressamos na Justiça, todos sabem –, e a ainda querem aumentar mais R\$ 0,90 o ano que vem, conforme a nota técnica do Ministério do Planejamento, que é vinculado a esse Governo ilegítimo do Temer. Então é escandaloso, inclusive para atender interesses dos empresários da Região Metropolitana do sistema rodoviário, está escrito na nota do Governo. Então eles querem, pela força das maracutaias entre o Temer e os empresários, obrigar o povo a pagar R\$ 4,20 para que não ande de metrô, Ver. Tarciso, e comecem a andar nos ônibus deles, nos ônibus ruins, sem ar-condicionado, como sardinhas enlatadas, porque é uma lógica de se atacar os direitos do povo. A ação do Ver. Mauro Zacher – e eu lhe peço mais um minuto, por gentileza, Ver.^a Mônica – que cassou a possibilidade de discutir o IPTU no ano passado, estava coberta de razão, porque queria que se tramitasse uma matéria que já tinha tramitado. E aí não se fala da judicialização da política? Está certo, quando os parlamentos descumprem a legislação e a legalidade na tramitação de leis, precisam, sim – ou os governos, no caso da passagem gratuita –, precisam, sim, buscar o Judiciário, buscar todas as formas de luta para defender os interesses do povo e para que esses pacotes de maldades não sejam aprovados.

E eu quero parabenizar a oposição na Assembleia pelos três dias consecutivos que discutiram e que, ao mesmo tempo, garantiram que não fosse votado esse projeto, e pela ação encabeçada ontem pelo meu colega Pedro Ruas, que nos dá orgulho partidário, assim como as minhas lindas sobrinhas que estão aqui conosco hoje, a Mirela e a Petra.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver.^a Mônica, Presidente dos trabalhos, Vice-Presidente desta Casa, eu agradeço ao Marcelo Sgarbossa, nosso Líder da oposição, o fato de poder intervir, e aos dois Partidos, PT e PSOL. E sigo discutindo o tema da submissão do Estado do Rio Grande do Sul ao regime – regime, e todos sabem o que significa um regime, quando se faz um regime se abre mão de coisas maravilhosas, e os regimes nunca resolvem os problemas da obesidade. Ou se altera a cultura alimentar, ou o regime vai ser provisório à solução do problema da obesidade. Regime de recuperação fiscal, que eu chamo de uma chantagem que o Governo Federal faz aos estados para submetê-los a um programa que não foi votado pela população brasileira. Essa é a primeira questão. O Brasil não votou num programa que retira direitos, num programa que reduz o Estado, que privatiza, não votou nisso. O Brasil votou em outro programa, o Presidente Temer é golpista, é interino e não devia estar, muito menos, fazendo o que faz: vendendo a Amazônia, a Petrobras, insistindo na Reforma da Previdência, retirando direitos trabalhistas, porque não está autorizado pelo povo brasileiro. A Ponte para o Futuro não teve a votação do povo brasileiro. Que eu saiba, há Constituição e há democracia no Brasil. E não bastasse o que ele está fazendo, ele está impondo aos estados, em troca de dar mais um tempo para pagar a dívida, o seu programa, que não é referendado pelo povo. E que eu saiba, a democracia não está suprimida neste País e, que eu saiba, a Constituição brasileira, no seu primeiro artigo, diz que todo o poder emana do povo, será exercido por ele diretamente ou por seus representantes.

Então, a subtração da Constituição brasileira é o que está em voga, está em vigor neste País. E o Governador Sartori quer fazer com que o Estado do Rio Grande do Sul assuma a mesma lógica.

Ora, o mimimi, as queixas desses dois dias, de que a Justiça interferiu e não permitiu votar, são insustentáveis quando o próprio Governo, Ver. Oliboni, queria que a Justiça tornasse inconstitucional a legislação que prevê plebiscito para a venda das estatais. Não é o Governador Sartori querendo interferir no que o Legislativo determinou? Que era consultar o povo gaúcho antes de se desfazer das estatais. É isso que o Governador inquiriu na Justiça. Então, ele não se queixe...

(Aparte antirregimental do Ver. André Carús.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Carús, eu não quero que o Governador use dois pesos e duas medidas, se ele estava discutindo na Justiça que não quer saber que a lei tenha validade, por que ele não quer que a Justiça exija, por exemplo, que a oposição, Ver. Robaina, que o Pedro Ruas junto com vários deputados, do PDT também... Sabe o que exigem? Que o Governador apresente na Assembleia Legislativa o contrato de recuperação fiscal. Os dados! É o mínimo que tem que apresentar para o

povo gaúcho e para a Assembleia Legislativa, por isso que ganhou a liminar e infelizmente perdeu nesse momento.

Então, toda a discussão que os bravos Deputados Estaduais, que eu tenho muito orgulho de estarem representando o povo gaúcho lá, sim, evitando votação nas sessões extraordinárias... Eles estavam dizendo claramente, primeiro, que é um mau negócio, todo analista econômico, Ver.^a Mônica... Lembro que a senhora trouxe uma analista econômica aqui no Dia da Mulher, no ano passado. Dizem que é o pior negócio entrar no cheque especial, é parcelar cartão de crédito, e é o que o Governador quer fazer com o Rio Grande do Sul a oito meses de sair do Governo do Estado. Isso aí a Lei da Responsabilidade Fiscal tinha que inclusive impedir, porque ele vai pedalar a dívida e vão deixar um ônus enorme para o novo Governador e para o povo gaúcho. Já fez isso em 1996, já vendeu essa ilusão ao renegociar a dívida o Ver. Brito. Fez a negociação da Lei Kandir e vendeu como uma panaceia, uma solução para o Estado, mostrou-se que é uma mentira, que enterrou o Estado do Rio grande do Sul, seja na Lei Kandir, e hoje se devem bilhões para o Estado do Rio grande do Sul, seja na renegociação da dívida, que já foi paga muitas vezes. É, de novo, um Governo do PMDB com o PP, com outros partidos que está querendo vender uma solução mágica que é mentirosa para o Estado do Rio Grande do Sul. Os Deputados de oposição estão defendendo a saúde financeira do Estado, defendendo a capacidade de gerar emprego e, mais do que isso, insistindo: “Cobrem dos sonegadores e diminuam as isenções fiscais”. Não é um bom caminho para o Rio Grande; que bom que temos defensores na Assembleia Legislativa.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RICARDO GOMES: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Vereadoras, parece que estamos vivendo uma fantasia no Estado do Rio Grande do Sul. A oposição que se uniu para atacar o regime de recuperação fiscal é a que se uniu para quebrar o Estado do Rio Grande do Sul. A oposição que se uniu para ir ao Judiciário barrar uma tramitação é a oposição que se uniu para quebrar o Estado do Rio Grande do Sul. O ex-Governador Tarso Genro sacou todos os depósitos judiciais, limpou o caixa único, endividou o Estado e não deixou qualquer condição para o Estado do Rio Grande do Sul se recuperar, e agora não quer a renegociação da dívida que ele aprofundou, que o Partido dos Trabalhadores causou. Aliás, V. Exa., como a Ver.^a Fernanda, diz que defende a luta de classes e os trabalhadores. Não defenderam os trabalhadores quando o BNDES botou dinheiro do trabalhador brasileiro – R\$ 22 bilhões – em portos em Cuba, em hidrelétricas no Equador, no Peru, ponte no rio Orinoco, na Venezuela, e arrebentou as finanças e as poupanças nacionais para entregar para os seus governos amigos. Que defesa dos trabalhadores foi essa? A Ver.^a Fernanda, ontem, veio a esta tribuna e disse – eu estava aqui para ouvi-la – que seis brasileiros têm mais do que cem outros milhões. Pois essa é a tara da esquerda: viver do dinheiro dos outros. Conhecem uma aritmética

básica de tirar de um lado para dar para o outro, mas nunca entenderam como multiplicar, nunca entenderam como produzir riqueza, nunca entenderam como se faz para tirar um país da miséria e colocá-lo numa situação melhor. Por isso, Margaret Thatcher disse que o socialismo acaba quando acaba o dinheiro dos outros. As políticas que Vossas Excelências defendem nunca produziram um país próspero, livre e democrático, nunca! Nenhum governo que defende as ideias que V. Exas. defendem conseguiu produzir um país próspero, um país livre. V. Exas. e suas ideias querem apenas redistribuir a riqueza que foi criada pelos outros, e distribuíram as riquezas do Rio Grande do Sul até trazê-lo à quebra, como fizeram com o Brasil. A Vereadora do PT vem falar que o Governo Temer está arruinando a Petrobras. Ora, quem arruinou a Petrobras foram os dois governos corruptos do PT: Lula e Dilma, que a arruinaram, segundo as contas da própria auditoria da Petrobras; arrombaram em R\$ 88 bilhões o caixa da Petrobras que, agora, terá de vender, esta semana, a usina de Pasadena, a famosa Pasadena, que a sábia Ministra de Minas e Energia de V. Exa., presidindo o Conselho da Petrobras, Dilma Rousseff, arruinou. E agora o partido que nunca conseguiu produzir uma riqueza, que é o PT, e o seu aliado, a sua muleta, que é o PSOL – que, aliás, goza do conforto de defender tudo o que o PT faz e se dizer independente para não precisar responder pela corrupção monstruosa do Partido dos Trabalhadores, o PSOL que sempre anda de lado, que nasceu no berço e foi embalado e amamentado dentro do PT, defende as mesmas ideias e deverá, sim, responder pela crise que produziu nas ideias de V. Exas. no Brasil e no Rio Grande do Sul.

E o alinhamento das estrelas, Ver.^a Sofia, não resolveu o problema da Lei Kandir. Era esta a promessa do PT. O PT no Município, no Estado e na União resolveria os problemas do Estado. Por que é que o Rio Grande do Sul precisa de recuperação fiscal? Porque está bem? Porque tem dinheiro? Ou porque o Governo Tarso Genro arrebitou o Estado? Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, colegas. Reforma da Previdência e pacote de recuperação do Estado. Acho que meus colegas Vereadores debateram bem sobre o tema, e o que eu queria amarrar nessa história toda é que esses dois atos não são políticos, esses dois projetos não são políticos, são matemáticos. E matematicamente básicos, inclusive. Eu entendo que o Brasil ocupa a 65^a posição de 70 países no PISA, relacionado à matemática, e isso dificulta que as pessoas entendam a matemática básica. Talvez seja disso que padeça a esquerda brasileira, dos próprios índices de educação pífios que nós produzimos, mas Reforma da Previdência e pacote de recuperação do Estado são questões matemáticas básicas. A previdência, por se tratar de uma pirâmide financeira, não vai demorar muito e não vai conseguir entregar R\$ 1,00 sequer a quem mais precisa, que é o trabalhador que ganha salários baixos e

trabalhou a vida inteira. E o pacote de recuperação, muito bem dito aqui, nada mais é do que a recuperação muito do desgoverno que se fez no passado e muito por conta, sim, do ex-Governador Tarso Genro do PT. O PT, aliás, quando foi Governo Federal, queria reformar a previdência, agora não quer mais. O PT privatizou aeroportos, quando foi Governo federal, acertadamente, diga-se de passagem, e agora é contra o pacote do Rio Grande do Sul que coloca privatizações. Aliás, o Brasil é um País curioso, o Brasil não gosta de fazer aquilo que deu certo nos outros países, ele gosta de reinventar a roda. Desde pelo menos 1776, com Adam Smith, no livro A Riqueza das Nações, já é sabido por todo o universo onde o ser humano botou o pé da importância da liberdade econômica, que haja liberdade de comércio, baixos impostos, que o Estado não seja gigantesco e dono de serviços e produtos que o mercado vai fazer muito melhor, ou seja, de estatais, os países se desenvolvem a partir desses conceitos. Desde 1776! Esse conhecimento não chegou ao Brasil, aparentemente, porque significa privatizar, sim, significa reduzir impostos, significa facilitar o comércio nacional e internacional, significa incentivar o empreendedorismo, e dado que essas ideias estão dentro de um espectro político ideológico, significa, portanto, extirpar do debate político ideias como o socialismo, como o comunismo e todas as demais formas de estatismo que no Brasil estão arraigadas e que a gente vê todos os dias serem defendidas nos parlamentos País a fora. Aqui no Brasil, a gente não gosta de estudar. Essa é a verdade. Brasileiro não gosta de estudar, e isso se reflete, também, nos parlamentos e nos partidos políticos. Por não gostar de estudar, não gostamos de aprender aquilo que deu certo. A gente não gosta de importar aquilo que deu certo, para que o nosso País dê certo. A gente caiu, neste ano, para a rabeira do Índice de Liberdade Econômica, que, basicamente, reflete o Índice de Desenvolvimento Humano. Países com maior liberdade econômica são os países com um maior Índice de Desenvolvimento Humano. E nós caímos na rabeira desse índice, estamos em uma das últimas posições muito próximas de alguns países, potências latino-americanas, muitas queridas pelos partidos que aqui antes falaram, o PT e o PSOL, Cuba, Venezuela, Equador, enfim, esses países que, nos últimos anos, deram um rol de exemplos do que não fazer. Então, novamente, a Reforma da Previdência é fundamental. Aliás, a Reforma da Previdência atual, que o Governo Temer está colocando, é pouca, pequena, ela mal mexe no que deveria mexer. Deveria ser muito mais profunda. E o pacote de recuperação do Estado, uma questão matemática, novamente, mexe pouco, mas faz algo pelo que já há muito está estragado. Então, precisamos dar um primeiro passo. E eu esperaria da oposição muito mais qualidade de debate político e um conhecimento de história, dado que, desde 1776, sabe-se quais são os caminhos para fazer um País dar certo.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Gostaria de registrar que o Ver. João Carlos Nedel está de aniversário, e, em nome da Mesa Diretora, nós lhe desejamos felicidades, saúde e muito sucesso.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal – às 15h22min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1721/17 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 027/17, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que que cria o Fundo Municipal de Defesa Civil (Fumdec).

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela rejeição do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 22-12-17 (sexta-feira).

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Em discussão o PLCL nº 027/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Pablo Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir o PLCL nº 027/17, com Veto Parcial.

O SR. MENDES RIBEIRO: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, entendo, compreendo e respeito o veto do Poder Executivo, mas não sou obrigado a concordar com isso, visto que ele vetou parcialmente hoje o PLC nº 821, de 21 de novembro de 2017. Embora respeite, como disse antes, o posicionamento do Executivo, o veto parcial a uma das fontes do Fundo Municipal de Defesa Civil não pode prosperar, pois de forma alguma afronta a competência privativa do Prefeito quanto aos atos de gestão dos Municípios. Esta foi a alegação do veto: interferência do Poder Legislativo no Poder Executivo, com a qual eu não concordo, porque a previsão advinda de dotação orçamentária como receita do Fundo não se configura em obrigação ou sequer fixa percentual ou valores que o Executivo teria que colocar como rubrica do Fundo na origem da peça orçamentária, mas, sim, há possibilidade legal de que recursos orçamentários venham a compor o

fundo, sejam eles recomposição do próprio Executivo, no encaminhamento da LOA ou decorrentes de emendas dos Vereadores.

Portanto, o dispositivo vetado trata apenas de uma das formas para arrecadação de recursos ao Fundo Municipal que o presente projeto de lei complementar criou, sem qualquer imposição de obrigação ao Executivo Municipal, muito antes pelo contrário. É importante dizer, colegas Vereadoras e Vereadores, que outras cidades que criaram o Fundo de Defesa Civil – um exemplo é Florianópolis, além do Fundo Estadual de Defesa Civil do Rio Grande do Sul – estabeleceram como uma das fontes de receita para a composição do Fundo as provenientes de dotações orçamentárias. Em Porto Alegre, nós temos o exemplo do Funciança e do Fundo Municipal do Idoso, Fundos importantes que temos no nosso Município, já que em ambos há previsão de que uma das respectivas fontes de receita seja a decorrente de dotações do orçamento municipal. Essa previsão de receita dos fundos especiais, como o Fumdec, oriunda dos orçamentos anuais, tem respaldo no art. 72 da Lei Federal nº 4.320/64, que é a lei que trata das normas gerais para elaboração dos orçamentos e que prevê expressamente a possibilidade da aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais se realizarem através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais. Desta forma, resta claro que os recursos do Fundo Especial, sejam eles provenientes de dotação orçamentária ou de origem privada, constituem parte integrante do orçamento do Município; portanto, devem ser submetidos e aprovados por esta Casa, todos os anos, inclusive com a apresentação de emendas pelos nobres colegas Parlamentares.

Por fim, conto com a sensibilidade de V. Exas. e peço que o veto seja rejeitado. Volto a frisar: respeito e compreendo o veto, mas não me peçam para que essa posição do Governo seja a minha. É um veto totalmente absurdo de quem quer esvaziar um fundo tão importante para a cidade de Porto Alegre, porque, se tirarmos a dotação orçamentária, o Fundo praticamente deixa de existir. Então é um veto inaceitável, e eu peço que os Vereadores acompanhem e derrubem o veto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 027/17, com Veto Parcial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Foi vetado o inciso I do art. 3º – eu estava conferindo –, que diz respeito à eventual dotação orçamentária e aos recursos que venham a ser buscados através do orçamento da Prefeitura. Eu entendo, Ver. Mendes, que não é possível que o Governo não permita – claro, através de um argumento formal de que há um vício de origem – que se venha a produzir algum recurso, a destacar algum recurso do orçamento para fins de Defesa Civil. Nós precisamos que isso aconteça, porque a Defesa Civil age exatamente junto às pessoas que menos têm, mais empobrecidas, mais marginalizadas da cidade de Porto Alegre. Uma moradia que cai, que é invadida por água, que é derrubada por vento, que é derrubada por avalanche, por

alagamentos, é a moradia mais precária! Então, sim, há de haver recursos orçamentários nesse fundo. Eu acredito, e nós, com certeza, a nossa Bancada, vai ajudar com os votos para derrubar o Veto, porque há algumas questões em que a relação Parlamento, Cidade e Executivo, tem que superar a restrição legal, que o Legislativo não possa criar vinculações, ou não possa criar destinações de recursos. Eu diria que é o mesmo debate, quando fazemos alguma emenda, ou alteramos alguma previsão orçamentária, nós tiramos de um lugar e colocamos noutra. E isto, na minha opinião, é prerrogativa do Legislativo, senão, nós teríamos um governo que ele mesmo faz as leis, ele mesmo aloca recursos, ele mesmo fiscaliza. Nós fazemos muitas vezes isso. No Orçamento do ano passado - eu quero compartilhar com V. Exas. -, nós aprovamos, eu tive a alegria que esta Câmara aprovou R\$ 400 mil para as piscinas comunitárias, para o ano de 2018, e foi possível, com isso, argumentar junto ao Secretário de Desenvolvimento Social, junto ao Prefeito, e ele acabou abrindo a piscina do Cecopam, que tinha ficado fora, através de um aditamento do contrato feito para as outras três piscinas. Ora, foi um realocamento de recursos, que é o que o senhor propõe. Eventualmente, nós vamos retirar um pouco daqui, um da verba de contingência, e vamos colocar no fundo, que é o Fundo de Defesa Civil, que é o fundo para essas situações mais graves, de famílias que ficam desamparadas diante de algum evento mais forte da natureza, e o Governo precisa agir, sim. Acho que temos essa consciência, aprovamos esse fundo, e esperamos que isso mude a relação, que este ano nós mudemos a relação entre Parlamento e Executivo, que o Executivo seja mais acessível às propostas deste Parlamento, seja nas questões mais graves, como o debate com o funcionalismo, seja nas questões importantes que o Governo manda para cá, como a questão do IPTU. Se nós conseguirmos, Ver.^aMônica, um diálogo, de escuta recíproca, de aceitar iniciativas, sugestões da oposição, dos independentes e da base, eu tenho certeza que o Governo tende a acertar e errar menos. Tivemos um ano muito ruim no ano passado, muito ruim, e são vários elementos. Nós temos críticas e críticas aqui que vêm de todos os partidos e da Cidade. Quer dizer, o Governo não acertou a sua estrutura, mas o mais grave, na minha opinião, é que o Governo não acertou uma empatia com o funcionalismo e com a Cidade e, quando o Governo não busca as parcerias, ele está fadado a errar, mesmo no serviço básico, não é nem nas inovações, não é nem no seu projeto de Governo, não é nem no seu perfil novo, é no básico, falo do básico, cortar o mato da Cidade, fazer funcionar a coleta de lixo, fornecer água direitinho, fazer a Cidade funcionar, porque, nas inovações, aí, bom, às vezes, se faz necessário quebrar alguns anéis, como se diz, mas no funcionamento básico, faltou habilidade de diálogo, de escuta. Então, Ver. Mendes, estamos com V. Exa., como votamos antes, no projeto, votaremos contra o veto, queremos que algum recurso, sim, componha o Fundo e que os Fundos sejam respeitados. Encerro, dizendo isso. O Fundo da Criança e do Adolescente, no ano passado, nenhum centavo chegou nas entidades, dinheiro captado pelas entidades. Não é aceitável isso. Então criar Fundos e respeitar os Fundos porque eles têm destinação importante, específica para áreas nevrálgicas da nossa Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCL nº 027/17, com Veto Parcial.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Boa tarde, Presidente Ver.^a Mônica Leal, em seu nome gostaria de cumprimentar os colegas Vereadores e Vereadoras que estão hoje aqui neste plenário. Dizer, caro colega Ver. Mendes Ribeiro, que toda a questão que fala sobre segurança e defesa civil tem nessa Vereadora uma leal guerreira em falar, sim, nós dizemos sim à segurança e dizemos sim à defesa civil. É a Defesa Civil responsável pelos desastres naturais, pelas emergências, pela reconstrução. Aqui lembro aos Srs. Vereadores, caro Ver. Tarciso Flecha Negra, que tivemos, há poucos anos, o caso do temporal aqui em Porto Alegre e, se não fosse a Defesa Civil estar bem estruturada, nós teríamos uma cidade ainda correndo toda uma reconstrução que houve de uma forma muito célere, de uma forma muito organizada, porque temos em Porto Alegre uma Defesa Civil que está estruturada. Estrutura passa por financiamento, passa por dinheiro, passa por logística, passa por ter recursos financeiros para poder fazer essa reconstrução. Tenho a dizer aos colegas que, na Defesa Civil, os homens e mulheres trabalham nos desastres naturais, desastres que acontecem, quase sempre, em regiões onde a comunidade tem poucos e poucos recursos. Nós temos que fazer com que Porto Alegre tenha uma Defesa Civil mais capacitada, pois é ela que presta socorro, salvamento às pessoas, salvamento ao meio ambiente e tantas outras atividades que nós sabemos que são importantes para um Município ter sua tranquilidade e sua prosperidade.

Caro Ver. Mendes Ribeiro, tenha em mim, Ver.^a Comandante Nádia, um voto para derrubar esse veto e fazer com que a Defesa Civil de Porto Alegre seja forte, capacitada e tenha recursos para fazer frente às demandas que, por certo, ou talvez não, venham a acontecer no nosso Município. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Em votação o PLCL nº 027/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 027/17, com Veto Parcial.

O SR. JOSÉ FREITAS: Sra. Presidente, colegas Vereadores; Ver. Mendes Ribeiro, embora tenha vício de iniciativa – eu estou encaminhando pelo nosso partido, eu e o Ver. Alvoní Medina –, estou encaminhando para derrubar esse veto. Por quê? Nos três anos e meio, Vereadores Nádia e Mendes Ribeiro, em que fiquei na Secretaria de Segurança, a Guarda Municipal, principalmente nas enchentes, sempre deu apoio à Defesa Civil, e a Defesa Civil ajuda com meia dúzia de membros, somente. Então, esse Fundo é de extrema importância, porque a Defesa Civil é muito pequena na questão de agentes, e esse Fundo, com certeza, estará ajudando muito, principalmente, quando houver enchentes, porque, muitas vezes, não há orçamento para comprar colchões, cobertores. Por isso, Ver.^a Mônica e Colegas, eu encaminho pela derrubada do veto,

porque a nossa Defesa Civil, municipal e estadual, é muito pequena e precisa de muito orçamento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 027/17, com Veto Parcial.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sra. Presidente, Vereadores, muitas vezes uma única palavra pode destruir um projeto ou ela pode dar realmente a finalidade do projeto. Este veto, tirar a parte que fala do orçamento, é acabar com o projeto. Nós temos, na nossa Cidade, exemplos muito importantes da atuação da Defesa Civil. Nós tivemos, há uns três anos, um vendaval em que a Defesa Civil, com os voluntários da nossa Cidade, agiu de forma extraordinária. Depois, nós tivemos a enchente do Sarandi, uma coisa muito drástica para a população da Zona Norte, e também a Defesa Civil agiu de forma magnífica, assim como em vários outros eventos, nas ilhas, várias vezes, agiu de forma bárbara. Agora, tirar a dotação orçamentária do projeto que cria o fundo é tirar o projeto! É acabar com o projeto. Como é que tu vais ter um fundo que não vai ter alguém que o gerencie, que participe dele, que o faça acontecer? E a Defesa Civil, nós temos certeza, assim como o Fundo da Criança e do Adolescente, da Pessoa com Deficiência, do Idoso, será um dos fundos mais fortes do Município de Porto Alegre. Agora, tem que permitir que o Plano Plurianual tenha uma rubrica no Orçamento do Município. Tirar isso, volto a afirmar, é acabar com projeto, é destruir o projeto. Então, que se votasse o projeto inteiro. É fazer uma máscara! Dizer para o Ver. Pablo: eu não votei no teu projeto, mas eu tirei a espinha dorsal do teu projeto, eu tirei o que realmente representaria o teu projeto.

Então nós viemos aqui encaminhar, em nome da Defesa Civil, em nome de toda população de Porto Alegre que, de uma hora para outra, pode estar caminhando numa praça, como aconteceu dois, três anos atrás e precisar... Que a Defesa Civil e a população de Porto Alegre trabalhem unidas. Foi a experiência da Defesa Civil que recebeu as pessoas no Tesourinha naquele momento, também lá na Zona Norte, no Sarandi, nas ilhas, em vários pontos da nossa Cidade, muitas vezes auxiliando como agora, em Montenegro, em função de um vendaval, como aconteceu em Águas Claras. É imprescindível que nós derrubemos esse veto e mantenhamos a origem do projeto, e que o projeto realmente crie um fundo forte, um fundo que permita que a Defesa Civil tenha recursos sólidos para ajudar a população de Porto Alegre em toda a sua essência. O encaminhamento do nosso partido é pela derrubada do veto. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 027/17, com Veto Parcial.

O SR. AIRTO FERRONATO: Minha cara Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores; nossos telespectadores, nossos ouvintes; nós estamos aqui tratando de veto parcial de projeto que cria o Fundo Municipal da Defesa Civil em Porto Alegre, trata-se de uma bela proposta do Ver. Mendes Ribeiro. Eu quero registrar, inicialmente, mais uma vez, que, em 2010, eu apresentei um projeto de criação do Fundo do Idoso; o parecer, aqui da Câmara, foi de que o projeto era inconstitucional porque trazia despesas para o Município de Porto Alegre. Eu disse: “Claro, a despesa, talvez, de R\$ 500,00, de R\$ 600,00”. Lá em 2010 as políticas dos idosos arrecadavam apenas e tão somente R\$ 9,5 mil, logo depois que o fundo foi instituído, arrecadou R\$ 17,5 milhões em apenas um ano. E ainda hoje, Ver. Oliboni, arrecada-se milhões de reais graças ao fundo. Eu tenho dito por aí, onde eu estiver, que os Municípios precisam instituir os seus fundos dos idosos, pelo que ele importa, pela viabilidade de recursos. E nós criamos um fundo para a Defesa Civil que tem a mesma característica, é uma possibilidade de se instituir, de se criar, de se buscar recursos para a Defesa Civil. Eu vou dizer que o nosso veto apenas diz respeito a um inciso, ao inc. I do projeto. E nós temos possibilidades de fontes de recurso em sete incisos, ou seja, de sete possibilidades. O Executivo vota apenas uma, que é aquela de destinar recurso do Orçamento para o Fundo. Eu acredito que o Executivo tenha a possibilidade de destinar recursos para o Fundo, tem o poder de destinar recurso se quiser, quando quiser e no ano que quiser. O projeto, meu caro Ver. Mendes, é muito bom, teve e tem o meu apoio, e eu quero dizer que nós aprovamos ou rejeitamos o veto de apenas um inciso... Eu ouvi algumas manifestações aqui dizendo que traria grandes prejuízos ao Fundo; ele não traz! E ainda mantém a possibilidade do Executivo, via Orçamento, de destinar recursos. Portanto eu acredito que nós temos aqui um belo projeto que pensa na segurança, no Município de Porto Alegre, na Defesa Civil, de iniciativa do Ver. Mendes, a que votei favoravelmente, e isso significa que este veto de um inciso não trará nenhum prejuízo ao projeto, que repito: de sete possibilidades de recurso, ele apenas retira a obrigatoriedade da destinação via dotação orçamentária e crédito suplementar por parte do Executivo. Aquele abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Em votação nominal o PLCL nº 027/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o projeto por 22 votos **SIM** e 06 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Parcial.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sra. Presidente, se V. Exa. permitir, queria anunciar a presença do Ver. Vinícius, de Santo Ângelo.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Seja muito bem-vindo, Ver. Vinícius, a esta Casa, obrigada pela presença.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0590/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 048/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui como Área Especial de Interesse Institucional a área conhecida como Campinho do Calixto, localizada na altura da Estrada dos Batillanos, 666, Bairro Cascata, e determina que nela sejam instalados prioritariamente equipamentos urbanos públicos voltados ao lazer e à cultura.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Fernanda Melchionna: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Reginaldo Pujol: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 07-02-18 por força do art. 81 da LOM.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Em discussão o PLL Nº 048/17. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 048/17.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo a Presidente Mônica Leal, colegas Vereadores e Vereadoras, público que acompanha nossa Sessão, de modo especial as lideranças da Glória – Sra. Terezinha Losada, Presidente da Associação de Moradores; Sr. Alex dos Santos Conceição, líder comunitário; Sr. Sílvio, líder e morador da região, sejam todos bem-vindos –, que acompanham atentamente esta pequena - mas importante - iniciativa, a medida que estamos transformando uma área de interesse institucional para que ali se mantenha espaço para esporte e cultura. A Secretaria Municipal de Esportes já mantém ali o programa, há muitos anos, “Em cada campo uma escolinha”. Então, para evitar qualquer transtorno de ocupação, eu tenho a minha opinião, que é a seguinte: para nós, Vereadores, ou Deputados ou Prefeitos, não há coisa melhor do que poder ter, no coração de cada vila, de cada comunidade um espaço de cultura e lazer. Ali a comunidade faz a festa de Natal, a festa de final de ano, a escolinha com a juventude reúne crianças e adolescentes para poder tirá-los muitas vezes da violência, do tráfico. Então, esse local é muito adequado para, no futuro, termos ali, quem sabe, algo importante com cercamento, com a revitalização do local, fazendo ali uma cancha de esportes, porque hoje, nobre Ver. Tarciso, é um campinho de saibro, que possibilita a unidade, a solidariedade e dá esperanças para esses jovens poderem ter, no coração da sua vila, um espaço de lazer e cultura. Então, é uma simples iniciativa que atinge centenas de famílias que ali, aos sábados e domingos, se reúnem e

realizam a sua confraternização. Creio que já fizemos aqui uma infinidade de projetos que dialogam nesse sentido e tenho certeza absoluta de que o Governo estará sensível, como também os Vereadores, para que continue aquele espaço de lazer, cultura e confraternização. Sabemos o quanto é importante também as Secretarias terem essa relação. E, óbvio, depois a comunidade pode se reunir lá no Orçamento Participativo e demandar algo importante. Mas o que eu mais peço aos colegas Vereadores é que se estabeleça ali a possibilidade de gravarmos, nesse sentido, como uma área institucional para esporte e lazer, para a comunidade ficar mais tranquila e para não haver uma ocupação irregular.

Quero agradecer aqui a vinda de vocês, Dona Terezinha, o Sílvio e o Alex que também estão muito preocupados, até porque realizam ali programas especiais com relação à questão do esporte e da cultura. Estamos tentando viabilizar a reunião com a Secretaria da Educação com relação à creche porque, infelizmente, a diretoria anterior não renovou os convênios e, agora, a comunidade, no início de março, passa por dificuldades, na medida em que não tem nenhum orçamento que segure as mais de 40 crianças lá na sua creche.

Obviamente, é uma demanda que os senhores, que vão estar lá na Secretaria, poderão construir a viabilidade do retorno às atividades normais a partir de março. Mas nesse momento estamos discutindo a transformação desse espaço em área institucional para a qual peço a colaboração dos colegas Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLL nº 048/17.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; boa tarde, Ver.^a Mônica Leal, que preside os trabalhos, tendo em vista que o nosso Presidente está em exercício na Prefeitura, Ver. Idenir Cecchim.

Ver. Aldacir Oliboni, na verdade, como lhe falei no plenário, a minha intenção é dialogar, porque, realmente, tenho algumas dúvidas em relação a esta iniciativa. Primeiramente, em relação ao mérito, quero dizer que sou plenamente favorável, Vers. Dr. Thiago e Cláudio Janta, a que este espaço, que já tem uma utilização, Ver. Mauro Pinheiro, seja consolidado para esta utilização. Contudo, olhei agora há pouco o projeto e não consta, Ver. Oliboni, se a área é privada ou se é um próprio municipal. Isto tem, Ver. Ricardo Gomes, uma importância muito grande para a finalidade do projeto. Eu até diria que precisaria sanar esta questão, Ver.^a Sofia, para continuar discutindo, porque, se for uma área privada, é praticamente uma desapropriação indireta. Já aconteceu em outros momentos o gravame de parques, de áreas institucionais e ser considerado, Ver. Tarciso, como desapropriação indireta.

O Sr. Aldacir Oliboni: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre Ver. Cassio, eu estive, inclusive, numa reunião com a comunidade e

com o Secretário do Meio Ambiente, o Maurício, e, na ocasião, nós apresentamos, e foi verificado que é uma Área Verde, que, obviamente, de verde não tem nada. Tem um campinho de saibro. É óbvio que, à medida que é ocupada pela comunidade há mais de 40 anos, dito aqui pela própria comunidade, por várias gerações, é importante que a gente possa ter uma atitude para não transformá-la em problema para a comunidade. O primeiro passo foi este, e depois a gente trabalha com outros projetos importantes junto às Secretarias e outros órgãos do governo, mas é Área Verde.

O SR. CASSIO TROGILDO: Bem, então eu vou trabalhar com esta lógica. Se fosse área privada, eu queria dizer que, mesmo não sendo encaminhamento, teria que ser contrário, sob pena de estar propiciando, Ver. José Freitas, uma desapropriação indireta. Quando o Município declara, e até mesmo o projeto de lei, uma área privada com uma finalidade específica, tem que desapropriar, senão é expropriação. Mas vamos trabalhar, então, com a lógica, Ver. Oliboni, que é da sua informação – por isso o diálogo – de que a área, então, é uma área pública. Nos autos, realmente, não consta a informação, é uma área pública que, em tese, não teria uma destinação específica. Bem, então, agora, eu queria, nesses dois minutos, entrar na questão do mérito do seu projeto que cria uma Área de Interesse Institucional. Vejamos, lá no *site* da SMURB diz que Áreas Especiais de Interesse Institucional são lugares da cidade onde existem equipamentos de atendimento à população, como aeroporto, centro administrativo, universidades, hospitais, quartéis, clubes e hidráulicas, dentre outros, que estruturam espaço urbano ou servem de referência à população. Está lá no *site* da SMURB e, logicamente, no processo, tem a referência do Plano Diretor, em torno do art. 73, que são aquelas que exigem regime urbanístico específico, condicionado às suas popularidades no que se referem às suas características locais. Aí elenca uma dessas áreas específicas, que é Área de Interesse Institucional, que serve para... A definição lá no art. 74: são aquelas áreas onde estão implantados equipamentos urbanos ou que já são objeto de projetos governamentais que, por suas características, não são possíveis de enquadramento no regime urbanístico estabelecido no Plano Diretor, ou seja, são para atividades aquelas que o regime urbanístico geral não aceite. E logo em seguida, inclusive no Plano Diretor, vem o art. 74, A, que dá um regime especial de interesse institucional para o Complexo do Grupo Hospitalar Conceição. Então, continuando esse diálogo, Ver. Oliboni, e pode ter certeza de que o objetivo é que se consiga a finalidade do seu projeto, o cunho final do seu projeto está entendido, e eu concordo. Eu, realmente, tenho dúvida se a forma de fazer é essa, dando um regime urbanístico que não muda nenhum regime urbanístico e caracterizando como uma Área de Interesse Institucional. Parece-me, pelas informações que eu tive aqui, que não é esta a finalidade, quando se institucionaliza uma Área de Interesse Institucional. Serve para casos, como o do Complexo Hospitalar do Conceição, que tinham um regime urbanístico específico e, em declarando-se uma Área de Interesse Institucional, mudou-se o regime, podendo mudar a concepção. Parece-me, Ver. Oliboni, para finalizar, que o que o senhor está pretendendo, realmente, é um ato administrativo característico do

Executivo, afetando a área para uma atividade específica e depois desenvolver um projeto em cima desta área. Por enquanto, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 048/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, no final do ano legislativo anterior, tive a oportunidade de me debruçar sobre esse projeto de autoria do eminente Ver. Oliboni. Na ocasião, examinando sob o ponto de vista da Comissão que integro, olhando o assunto sob os aspectos da cultura, do esporte, da juventude e também da educação, não tive dúvidas ao afirmar que: “o projeto é, por certo, meritório, pois fica clara a vontade da comunidade, legitimada pelo abaixo-assinado, juntado ao processo, tendo em vista que a referida área é utilizada pelos moradores para lazer, com atividades organizadas pela comunidade local. Ademais, considerando o teor dos pareceres exarados pela CCJ, CEFOR e CUTHAB e, de igual modo, tendo em conta os argumentos acima expendidos, esta Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE, se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei em comento.” Eu conheço a área, conheço bem, e acho que, por incrível que pareça, Ver. Oliboni, com todas as dificuldades e carências daquela área, ali se projeta uma verdadeira participação comunitária. O zelo com que aquele campinho de futebol, numa expressão usual, a que V. Exa. agora dá a titulação de Área Especial de Interesse Institucional, aquele campinho é o apego da sociedade, e eu acho que Porto Alegre tem áreas de lazer em demasia, porque vejo várias áreas de lazer que não são cuidadas pela comunidade, e se elas não são cuidadas pela comunidade, elas deixam de ser uma área de lazer para ser uma área a mais de problemas para a Cidade. Vejo mais, que muitas áreas de lazer são mal utilizadas por este câncer com o qual hoje a sociedade é vitimada, da droga, do tráfico, porque não é pouco comum os traficantes utilizarem essas áreas para esta finalidade. Tenho certeza de que o Calixto é uma exceção, porque conheço a gente humilde que ali labuta, que não vota em mim – não estou bajulando eleitor -, e acho que temos que parar de só querer aprovar coisas para os eleitores da gente. Somos Vereadores da Cidade como um todo, e o Oliboni buscou uma ideia que à primeira vista parece um tanto exagerada, mas que, na prática, é muito boa. Até porque, Ver. Oliboni, pode ser que isso seja um castigo para V. Exa., pois V. Exa. selou aqui no seu retorno ao Legislativo aprovando um Veto do Prefeito que sustentava ser inconstitucional, juntamente com a Comissão de Constituição e Justiça, porque segundo a opinião do Judiciário, não respeitavam a disposição da Constituição Estadual, era diversa daquela estabelecida na Lei Orgânica do Município, e a Lei Orgânica do Município, Ver. Cecchim, não apresenta neste projeto nenhuma restrição. É uma forma de se legislar na Cidade tentando trazer a abertura que a lei permite em determinadas situações, e neste particular devo, com toda a honestidade, ressaltar que o Ver. Oliboni foi feliz, é uma área popular, é uma área de população carente, mas que é muito

fervorosa, que junta os pneuzinhos para fazer uma arquibancada, que faz coisas que caracterizam aquele verdadeiro espírito comunitário que eu prego como sendo o caminho para uma solução da maioria dos problemas desta Cidade. Parabéns Ver. Oliboni, V. Exa. acertou em cheio, por isso eu fiz um esforço – eu estava até por recomendação do nosso setor médico liberado de aqui comparecer – para vir nesta tarde votar favoravelmente ao seu projeto. Meus cumprimentos.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESEDENTE (Mônica Leal): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir o PLL nº 048/17.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Vereadores e Vereadoras, Presidente Mônica, boa tarde a todos que nos ouvem, que nos assistem. Parabéns, Oliboni! Parabéns pela fala, meu Vice-Presidente, Ver. Reginaldo Pujol. Estava olhando aqui o Parecer da CECE: Ver. Reginaldo Pujol, pela aprovação, e todos nós, da CECE também.

Em 2010, eu fiz um projeto em que, quando fossem feitos condomínios, como tem muitos na Zona Sul e Norte, tivessem quadras poliesportivas. Trabalhei 20 anos nas periferias – parabéns para vocês também! –, trabalhei no Chapéu do Sol, no Sarandi, e um campinho é uma dificuldade. O Oliboni fez eu voltar ao meu tempo de 9, 10 anos. Aqueles campinhos me deram uma saudade imensa, porque ali eu deixei muitas unhas, unhas ficaram, mas aqueles campinhos formaram cidadãos. Esses campinhos me formaram. Educação, respeito, companheirismo, é disso que o nosso País e o mundo estão precisando, e o esporte nos dá. Inclusive, no Centro, há um mês, um rapaz negro, como eu, me disse: “Obrigado, profe!” Quando eu olhei para ele, vi que era o Tinga, um guri de seus 11, 12 anos, que era das casas de abrigo naquela época e, hoje, é fiscal da Carris. Isso me dá alegria, isso me enche o coração, porque aquele trabalho que eu fiz nas periferias não foi em vão. Se a gente recupera duas, três, quatro, cinco crianças, é importante para a sociedade.

Um projeto como o teu, Oliboni, assim como o projeto da poda, do Ver. Moisés, nós, porto-alegrenses, temos que agradecer, porque ocupa as crianças com o esporte. As cabecinhas dessas crianças não estão pensando em outra coisa, o sonho é o futebol, o sonho é o esporte. Isso não tem preço, porque país de Primeiro Mundo é país que cuida da sua educação, do seu esporte e da sua cultura, isso é país de Primeiro Mundo. Nós temos que gritar, temos que pedir para que tenham sustentação essas pessoas que vão ali e dão o seu amor, o seu carinho por essas crianças. Eu sei o que é trabalhar com as crianças nas periferias, principalmente agora que nós, professores, estamos tentando levar para um outro caminho, enquanto lá fora, muitos diabinhos estão querendo levar para outro. É muito difícil, eu sei o que é o trabalho que vocês têm. Então, eu jamais vou votar contra a educação, esporte e cultura, porque aquele campinho me voltou a pensar nos meus dez anos, que ali eu me formei um cidadão, o Tarciso Flecha Negra, que todos conhecem hoje, mas os tombos que eu levei, pouca

gente via. Então, agora está aqui, este cidadão falando com vocês, e parabéns, Oliboni, parabéns à comunidade, estamos juntos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 048/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, coube a mim relatar, na CEFOR, este projeto, que é um projeto de boa-fé do Ver. Oliboni. Não tenho dúvidas disso. Mas, quando a gente faz um relatório, a gente tem que fazer o relatório em cima do que está escrito, e o art. 2º do projeto obriga o Município a construir certas coisas, e nessa parte fica inconstitucional. Nós poderíamos votar o art. 1º a favor, para que atinja os objetivos do Vereador, mas no art. 2º, quando obriga a fazer os gastos municipais, Vereador, dá o problema de inconstitucionalidade. Então eu acho que poderíamos acertar isso e garantiríamos para a comunidade que fique o campinho onde está, e que seja melhorado, inclusive, até por que, eu acho que, como você diz, Tarciso, ninguém quer diminuir campinhos, mesmo que seja sem grama, como esse, que tenha um lugar para gurizada e para os grandes jogarem uma bolinha. Se nós e o Ver. Oliboni compusermos isso, vai dar para salvar o projeto. Ver. Luciano, V. Exa. vai destacar o art. 2º? Já está fazendo o destaque.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) O importante, acabaste de falar, aos sábados, domingos e feriados, é um local de convivência das famílias.

O Sr. Luciano Marcantônio: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) A manifestação do Ver. Cecchim vai totalmente ao encontro do que estamos construindo aqui. Apesar de eu já ter, antecipadamente, conversado com o Ver. Oliboni, solicitei duas semanas para podermos ter um parecer mais sólido da SMAM, que ainda não obtivemos, que poderia tirar as dúvidas, inclusive do nosso ex-Presidente Cassio Trogildo. Infelizmente, da SMAM, não veio um parecer que nos tranquilizasse, mas devido à importância, à relevância de preservar essa área lá no Morro da Glória, retirando essa parte que realmente obriga o Município a construir o parque, a praça, acho extremamente louvável nós votarmos a favor do projeto, desde que destacado o art. 2º, com a orientação de rejeitar o art. 2º.

O SR. IDENIR CECCHIM: V. Exa. está encaminhando o destaque, então? Certo, acho que fica bem explicado, tirando o art. 2º, Ver. Cassio Trogildo, acho que todos nós queremos garantir a preservação do campo e que se faça, dentro do possível, melhorias, mas que garanta, pelo menos, o que já se tem. Um abraço e parabéns!

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 048/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Dona Terezinha, demais moradores e frequentadores dessa área que a comunidade vem, com o uso, constituindo um espaço de lazer, de conagração, de encontro, de alternativa para a nossa juventude, para a nossa garotada, e acredito que também para as famílias, que, provavelmente, vão lá tomar chimarrão, assistir aos jogos, se reunir no entorno. Nós sabemos, Ver. Oliboni, que fortalecer essa rede social de iniciativa comunitária é fundamental. A sua iniciativa tem esse sentido, Ver. Paulo Brum, Vereadores e Vereadoras que estão fazendo um esforço para aprovarmos o projeto. O que seria da nossa Cidade se o Governo tivesse que dar conta de todas as alternativas para as comunidades? O mais inteligente a ser feito é fortalecer as alternativas comunitárias. O Ver. Pujol veio aqui e disse que tem muitos espaços na Cidade que não são cuidados pelas comunidades. Às vezes, a comunidade recebe de graça, porque é uma obrigatoriedade de um empreendimento, por exemplo, ou por “n” motivos e não dá o valor que vocês dão porque conquistaram, porque usam há 40 anos, pelo que me foi informado. E a gente viu, pelas fotos, que há 40 anos continua sem apoio do Governo para estrutura, para uma rede, para uma goleira. Com todas as dificuldades, a comunidade vem mantendo atividades. Essa institucionalização é um fortalecimento, e eu acredito que é um pouco que o Parlamento pode fazer: dar voz, dar força para a iniciativa comunitária.

Eu estava lendo hoje no jornal a notícia dum juiz do interior do Estado, um juiz que virou exemplo porque ele abriu mão do auxílio-moradia e, toda sexta-feira, corta grama numa praça. Mas olhem só a diferença que faz quando uma iniciativa comunitária é assumida coletivamente, com todas as dificuldades, e quando alguém toma uma iniciativa eventualmente. A gente sabe que, quando a comunidade ocupa, quando a comunidade valoriza, a violência, a droga se afastam dali. Quando a comunidade está fora ou apenas iniciativas isoladas tentam ajudar, a ocupação não é a melhor, acaba sendo uma ocupação que afasta ainda mais os moradores e as moradoras.

Eu quero aqui fortalecer essa iniciativa, vejo que o Ver. Cassio problematiza em cima do Plano Diretor. Os instrumentos que o Plano Diretor nos oferece, às vezes, não são potencializados na medida que poderiam. A gente deveria aprofundar o desdobramento do Plano Diretor, que a gente vai discutir no ano que vem. Que bom que não vai ser neste ano, que será um ano mais conturbado, de itinerância, porque é um ano eleitoral. Foi um esforço que a equipe do Ver. Oliboni fez para encontrar qual é o instrumento que, no Plano Diretor, pode dar uma proteção. E é a área institucional, de interesse institucional, o que significa que ali não é um equipamento público, mas é um equipamento que a comunidade constituiu através do uso, através do seu esforço continuado e, provavelmente, da ação voluntária de educadores populares. Não é o professor, mas é um prático, é alguém que joga futebol e está lá organizando, cada campo é uma escolinha. Na ausência de uma política pública de esporte e lazer, a comunidade tomou a frente. Então, vamos fortalecer, essa é a ideia. Parabéns à

comunidade, tem o nosso voto, tem o nosso apoio, e que vocês tenham retornos do belo trabalho que realizam. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Luciano Marcantônio, solicitando que seja votado em destaque o art. 2º do PLL nº 048/17.

O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir o PLL nº 048/17.

O SR. MENDES RIBEIRO: Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; quero cumprimentar o nosso colega Ver. Oliboni pela proposição. A Cidade carece de espaços de lazer, de socialização, de entretenimento para as pessoas. Acho que o projeto vem a esse encontro. A gente costuma vir a esta tribuna para criticar e muito poucas vezes para elogiar. Um projeto desta importância – está aqui o pessoal da comunidade –, eu quero parabenizar o Ver. Luciano Marcantônio pela grandeza de destacar o artigo 2º por ver que é um projeto importante para a Cidade, principalmente, para aquela região. Parabenizo a conduta do Ver. Luciano Marcantônio, do Governo, por esse gesto de grandeza, porque aqui a gente serve à Cidade, não aos nossos interesses. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Em votação o art. 2º, destacado, do PLL nº 048/17. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do art. 2º, destacado, do PLL nº 048/17.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo a nossa Presidente, Ver.^a Mônica; colegas Vereadores e Vereadoras; queria apenas fazer um registro e tranquilizar a comunidade dizendo que a proposição apresentada, destacando o art. 2º, não prejudica a essência do projeto. A nossa preocupação é outra, pois é mais seguro gravar essa área como Área Especial de Interesse Institucional. O art. 2º do projeto de lei diz que “com base nos incs. I e II do art. 72 da Lei Complementar nº 434, de 1999, e alterações posteriores, na área referida no *caput* do art. 1º desta lei, serão instalados prioritariamente equipamentos urbanos públicos voltados ao lazer e à cultura”, o que, na verdade, será feito depois, com um entendimento com o Governo Municipal. O Governo já tem recurso federal, tem uma série de programas que podem contemplar o que a comunidade busca.

Eu queria agradecer o Ver. Marcantônio, o Ver. Tarciso, todos os Vereadores que aqui falaram, porque, de fato, pode ser, para muitos, algo pequeno, mas tem uma enorme importância para as comunidades que ora estão desassistidas e que não têm um pequeno espaço, Tarciso, que falou de sua história, lembrou a sua infância. Isso nos dá a alegria de poder perceber e encaminhar algo com um gesto simples, mas que

deixa a comunidade mais segura, sabendo que aquilo é seu. Portanto, vamos continuar ocupando e fazendo algo importante não só para o convívio, para a confraternização, mas para a unificação. E mais do que isso, como tu falaste: para congregar os jovens, os adolescentes nas atividades culturais e de lazer que ali vão acontecer ao longo da vida e da existência daquela comunidade. Saudações, muito obrigado pela presença.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, o art. 2º, destacado, do PLL nº 048/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 09 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sra. Presidente, nós fizemos um acordo para garantir para a comunidade. Aí o pessoal vai fazer média com a comunidade, que não sabe que eles estão fazendo média. Acordo é acordo! Daqui a pouquinho, o pessoal vai votar contra e vai derrubar o projeto por causa de pessoas que não cumprem o acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Luciano Marcantônio, o PLL nº 048/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 17 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. 0226/18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/18, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Prefeito Municipal de Porto Alegre, Sr. Nelson Marchezan Júnior, a ausentar-se do País, do dia 09 ao dia 19 de fevereiro de 2018, para viajar a Jerusalém, em Israel.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela aprovação do Projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Em discussão o PDL nº 001/18. (Pausa.) O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PDL nº 001/18.

O SR. DR. THIAGO: Sra. Presidente, eu quero agradecer os membros da CCJ, mais uma vez, pela a nossa assunção à presidência na condução dos trabalhos. A CCJ, como no ano passado, neste ano, seguirá algumas linhas que foram consensuadas pela unanimidade de seus membros – pelo Ver. Márcio, que estava presente; pelo Ver. Adeli Sell, pelo Ver. Ricardo Gomes, pelo Ver. Cláudio Janta, por mim, pelo Ver. Mendes Ribeiro, pelos membros da CCJ que estavam presentes na sua primeira reunião.

Nós não fizemos cavalo de batalha nas situações que, realmente, não têm tanta importância para a Cidade. O nosso parecer foi pela aprovação deste decreto legislativo, mas estamos, em conjunto com essa aprovação encaminhada ao Executivo, solicitando que a Prefeitura Municipal encaminhe à Câmara, com um período de antecedência de, no mínimo, sete dias úteis, os próximos decretos legislativos, para que possamos nos organizar no âmbito da comissão. Estou sendo porta-voz dessa decisão unânime, dessa decisão consensuada, solicitando, pedindo ao Executivo Municipal que encaminhe as próximas matérias de decreto legislativo com uma antecedência mínima de sete dias úteis, sob pena de não termos condições hábeis de analisarmos a situação. Faço esta manifestação pública em nome dos meus colegas, inclusive por solicitação de alguns deles, para que a gente possa ter um bom andamento das situações.

Pactuamos algumas outras coisas de forma, volto a frisar, unânime na comissão ontem. Os vetos, no ano passado, se avolumaram, esperamos que este ano não ocorra isso; projetos que foram aprovados, como, por exemplo, aquele meu dos hospitais, da possibilidade de os pacientes com câncer marcarem sua consulta diretamente no hospital. Diante dos vetos que se avolumaram no ano passado, pelo volume de vetos que ocorreu no ano passado, pactuamos que, este ano, os vetos serão analisados nas reuniões ordinárias da comissão. Portanto, se o parecer ao veto não for encaminhado em tempo hábil para a comissão, e a comissão vai ser célere na distribuição como foi na presidência do Ver. Mendes Ribeiro, ele vai acabar trancando a pauta.

A terceira coisa que nós pactuamos – tomara que isto não corra – é que a comissão só vai participar de situações de urgência nas que forem de obrigação de ofício, conforme o art. 50 do nosso Regimento. Em relação às que não forem amparadas pelo art. 50 do nosso Regimento, nós só participaremos das reuniões conjuntas se houver o interesse, o desejo, a concordância da maioria dos membros da comissão. Eu só estou falando isso para a gente ser bem transparente e leal na condução dos trabalhos.

Nosso parecer é, obviamente, favorável e sem nenhuma ressalva à viagem do Prefeito.

Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PDL nº 001/18.

O SR. ADELI SELL: Sra. Presidente Mônica Leal, colegas Vereadores e colegas Vereadoras; eu quero reforçar as palavras do colega Thiago. Ontem, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça – quero falar especialmente para o Ver. Moisés Barboza, para a sua assessoria, para o Rafael, para o Luciano Marcantônio, que é o Vice-Líder –, nós tomamos uma decisão que queremos levar adiante, tal qual o Ver. Thiago colocou. Nada será feito para impedir qualquer coisa que venha do Executivo, de qualquer Vereador, mas a CCJ tem que ser muito vigilante, tem que ser uma

comissão que condiga com o seu nome – Comissão de Constituição e Justiça. Ela analisa os procedimentos, como já foi feito, na gestão passada, pelo Ver. Mendes Ribeiro, que agora é o Vice-Presidente. Na CCJ nós somos sete membros, tem um colega que dificilmente vai, mas os outros seis estão sempre lá vigilantes.

A viagem do Prefeito. Nós queremos retomar que, para qualquer viagem, não adianta vir só com o ofício de que foi convidado para uma reunião de prefeitos para discutir segurança. Quais as prefeituras? De todos os continentes? Sem nenhum critério de objeção política e ideológica? Nós não podemos apoiar uma viagem se for segmentada, ainda mais que nós estamos num momento de crise internacional pelas barbaridades que o Trump falou. Por sinal, quero sugerir para os meus colegas que ainda não foram ver o filme “The Post”, sobre a história do jornal The Washington Post, sobre a coragem da dona do The Washington Post de dizer, na cara do Robert McNamara, vou traduzir: “Bob, você fez uma bela sacanagem! Mentiu os anos todos”. Não dá, não é?

Vocês sabem que ir a Israel significa olhar para a crise mundial. Nós não podemos tirar deste debate nenhuma outra comunidade, nós sabemos que nós queremos a paz no Oriente. Há uma força internacional. Vocês imaginem se a Turquia vai ao Papa, e o Papa e vários outros líderes internacionais propõem que a capital seja uma capital conjunta, esse tem que ser o espírito de Israel e da Palestina. É assim que nós queremos a paz no mundo.

Meus caros Alvoni e Freitas, neste ano, quem sabe, nós possamos lembrar os 55 anos da marcha do pastor Martin Luther King, a famosa fala dele, que começava dizendo: “Eu tenho um sonho”. Não houve conflito, houve uma grande marcha, que começou a mudar a relação de brancos e negros nos Estados Unidos. Começou! Nós temos como uma sistemática – eu, pelo menos, tenho, disso não abro mão –, nós queremos dizer: o Prefeito viaja, ele tem que assumir as consequências. Nós vamos cobrar. Eu tinha dito aqui e me foi prometido, e vou cobrar do Matheus Ayres, que é assessor do nosso Vice-Prefeito. Nós não tivemos relatórios por escrito, como nos foi prometido, das viagens do Prefeito e do Vice-Prefeito. Eu estou avisando mais uma vez, porque eu não aviso a terceira vez! Na terceira vez, eu já terei tomado as medidas cabíveis, porque toda viagem que nós fazemos aqui – é dinheiro público –, nós temos que justificar e fazer um relatório. Então, o Prefeito tem que fazer um relatório e mandar para a Câmara Municipal. Essa é a minha posição durante mais de 20 anos nesta Casa.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PDL nº 001/18.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; eu acho que o Prefeito não precisa de defesa, então eu não estou fazendo defesa da viagem do Prefeito. Mas defendo, sim, que tenha que ir para Israel, lá se

aprende! Eu fui para Israel, para informação do Ver. Adeli Sell, quando eu era Secretário da SMIC, com V. Exa., e trouxe resultados. Está ali na Sertório a Aeroeletrônica, que é uma das empresas, ou a maior empresa que recolhe ISS para o Município de Porto Alegre. Quase 300 funcionários fazem estágio em Israel para, depois, virem trabalhar aqui. Engenheiros altamente qualificados. Também para informação, Porto Alegre tem irmanamento com a cidade de Haifa, no norte de Israel, a cidade de onde saiu a maior quantidade de prêmios Nobel do mundo. Na grande Universidade de Haifa estão instaladas as grandes empresas que estudam e que fazem, principalmente, aparelhos de medicina, Ver. Dr. Goulart, saem de lá os produtos de medicina da Philips. O Prefeito de Haifa esteve em Porto Alegre para assinar o irmanamento. Valeu a pena, porque aqui nós temos uma grande empresa, a Aeroeletrônica, subsidiária da Elbit, uma das maiores empresas de tecnologia do mundo. Aqui em Porto Alegre se fazem e se transformam todos os painéis da Força Aérea Brasileira, da Força Aérea Argentina e de mais outras tantas empresas. Transformaram os painéis eletrônicos, por exemplo, de toda a Força Aérea, de todos os aviões, de analógicos para digitais. Exporta-se para o mundo todo aqui de Porto Alegre, de uma empresa que nós fomos a Israel para que ficasse aqui. Ela estava indo para São José dos Campos, porque o imposto de Porto Alegre era muito caro. O Prefeito Fogaça, consultado – consultamos o Prefeito Fogaça, eu e o Secretário Tatsch –, autorizou a fazer um acordo. Se essa empresa pagasse mais imposto ou igual, pelo menos, ao que pagava, de 5% a 2%, para 2%, nós baixariamos o imposto para essa empresa. Não só cumpriu o acordo, como hoje é a maior empresa que recolhe ISS para o Município de Porto Alegre. Também traz grandes cabeças pensantes, engenheiros que estão nas universidades de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul e que produzem uma coisa muito maior do que economia: produzem cérebros pensantes e atuantes nas universidades e na sociedade de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Esse papo do Trump, Ver. Adeli Sell, com todo o respeito, estamos fora dele! Não é esse o problema, vamos pensar na coisa maior, vamos pensar no que se faz com o Estado. Eu não quero saber qual é a ideologia, quero saber se traz bem-estar para o Município de Porto Alegre. E isso traz. Eu tive a oportunidade de almoçar com o Embaixador de Israel, na empresa Elbit, ali na Sertório. Eu vi os planos dessa empresa para a Cidade. Lá o Embaixador convidou o Prefeito para ir a Israel, e o Prefeito fez muito bem em aceitar esse convite. Eu não quis gastar as minhas... E não vai ninguém, eu acho, do Legislativo, Ver. Moisés, justamente para fazer economia. Eu e V. Exa. fomos trabalhar um pouco lá na Europa e levamos um pau, porque gastamos bastante dinheiro em diárias, metade do que nós teríamos direito.

A viagem do Prefeito terá a minha defesa, seja prefeito do PT, do PMDB, do PSDB ou de qualquer partido. O prefeito de Porto Alegre que for convidado para ir a Israel, para ir aos Estados Unidos, para ir a Europa, ou até à Rússia terá meu apoio. Só não vai para a Venezuela, porque lá não tem segurança! Terá o meu apoio e minha defesa, para que viaje e traga coisas boas. Nós já trouxemos coisas muito boas para a Cidade, e outras tantas virão. Só que não podemos ficar sentados aqui ouvindo choradeira. É lógico que tem que administrar, cuidar do dia a dia da Cidade, por isso

existem os Secretários. O Prefeito tem que buscar inovação e tem que buscar a modernidade para a cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PDL nº 001/18.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; o parecer da Comissão de Constituição e Justiça que apresenta o Decreto Legislativo da lavra do Ver. Dr. Thiago, seu Presidente e relator, de uma forma muito clara e objetiva enfrenta a solicitação e propõe a aprovação numa demonstração de que alguns temores que eu ouvi a respeito de um possível comportamento radical do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça está afastado de uma vez por todas com essa demonstração de sensibilidade, o que não me surpreende por conhecer bem o Ver. Dr. Thiago. Mas a discussão em torno da conveniência ou inconveniência de viagens do Prefeito Municipal é um discurso, Ver. André, que estou cansado de ouvir e que, sistematicamente, tem tido de mim, do Ver. Nedel e de outros Vereadores da Casa a mesma resposta. Discurso que ouvi quando o Partido dos Trabalhadores por 16 anos se encontrava no comando do Município; discurso que ouvi quando o PMDB dirigia o Município com José Fogaça, então integrante do PPS; discurso que ouvi com Fortunati e que agora ouço: restrições de toda ordem que não se justificam.

O Prefeito de Porto Alegre, convidado, não pode deixar de estar presente num congresso de prefeitos como este que vai se desenvolver em Israel. Tampouco é perda de tempo ou gasto desnecessário os contatos que, certamente, nessas horas se possibilitam. Tenho idêntica posição, inclusive, aos colegas Vereadores. Acho que seria extremamente aconselhável que se tivesse até mais largueza na possibilidade de que Vereadores viajassem por vários lugares do País e do mundo na busca de melhores luzes e esclarecimentos de como as coisas são tratadas aqui e acolá.

Por isso, Sr. Presidente, com a maior tranquilidade vou repetir no dia de hoje, com relação a este projeto, o mesmo voto que tenho proferido ao longo do tempo. Desde 1973, quando assumi, Ver. Goulart, pela primeira vez o mandato de representante popular na Câmara Municipal, eu tenho pautado a minha posição com essa natureza. Assim foi o tratamento que eu dispensei ao Governo Thompson Flores, que eu sustentei no Governo Villela, de quem fui líder, e nos demais momentos da história de Porto Alegre em que eu estava na Câmara Municipal, na condição de representante popular de partido de oposição ao Governo. Essas foram em muito maior número do que propriamente os raros momentos em que eu fui solidário com os Governos existentes. Em todos, eu sempre tive essa posição, igualzinha, sem mudar em absolutamente nada: justificada como está aí, bem justificada no processo administrativo, com todo o roteiro das visitas que serão feitas pelo Prefeito da nossa Cidade lá em Israel, não há nenhuma razão no mundo que autorize uma posição diversa, senão aquela de apoiarmos, de forma muito transparente, a viagem do Sr. Prefeito e

desejar que ele colha o maior êxito possível da sua ausência do Município, exatamente num período em que, na grande maioria, não haverá expediente no Município de Porto Alegre. Vai, em última instância, aproveitar o período de descanso para realizar algumas tarefas que aqui não realizaria. Muito obrigado pela atenção, é essa a minha posição.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PDL nº 001/18.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Senhoras e senhores, queria ver com mais detalhes do que se trata essa viagem, porque, na última viagem do Prefeito, nós não sabíamos e ficamos sabendo da sua participação no Congresso do MBL pelas redes sociais. Deu aquela polêmica toda, falou mal da Câmara, falou mal do Parlamento. Sinceramente, acho que, para a posição dele de Prefeito Municipal, para a relação com o Parlamento, para toda a cidade de Porto Alegre, foi muito ruim. Mais uma vez, é em cima da hora que vem a solicitação de saída. O que eu quero trazer de reflexão ao Prefeito? Eu acho que a gente tem um Prefeito que não mostrou capacidade de paciência, de diálogo, de escuta durante o ano passado. Espero que ele modifique essa sua postura. O fato de viajar – eu não tenho a menor dúvida –, ver as soluções encontradas em outros países, discutir com outros prefeitos, outras cidades, é sempre importante, desde que a tua capacidade de construir com os teus cidadãos melhore a partir dessas viagens, a partir dessa unidade que as viagens têm que trazer. A gente, infelizmente, virou chacota, o Prefeito também, pelo espanto dele com a possibilidade de carregar celulares em paradas de ônibus em Paris. Voltou o Prefeito com a determinação – continuando com a determinação – de fazer PPP no DMAE, quando Paris está reestatizando a sua água exatamente pelo diagnóstico, pelo resultado. Nós entendemos e sabemos que é bem complexo entregar a gestão de um bem fundamental, que o cidadão vai cobrar do Prefeito, por óbvio. Se ele não tiver água, vai cobrar do Prefeito; se a água estiver com gosto ruim, vai cobrar do Prefeito; se o saneamento não andar, vai cobrar do Prefeito. E o Prefeito, por mais que digam e defendam que um contrato bem feito dá poder ao Prefeito Municipal, ao gestor, não há limites na relação público-privada. Nós discutíamos isso, Ver. Camozzato, no rádio, esta semana, e eu falava sobre o prejuízo que há quando uma terceirização acontece, e a empresa resolve não completar a obra, achar que já não está mais a contento, que o Prefeito está atrasando demais, que o lucro diminuiu: a empresa para. Nunca uma empresa vai continuar até o limite de abarcar com prejuízos, ela para a obra. Nós estamos vivendo isso, nós temos obras paradas na Cidade há anos. Nós sabemos que o empresário começa a discutir a partir do momento em que ele acha que não é mais um bom negócio para ele. E a empresa privada erra também, tem incompetência também, errou em vários projetos desta Cidade. O próprio Prefeito Fortunati falou para a Cidade, falou para a imprensa que vários projetos estavam errados. Estamos com os BRTs condenados, com

discussão, a Prefeitura está discutindo os recursos do BRT para tentar aproveitar em outras obras. Eu lembro muito bem as primeiras denúncias do BRT, o próprio Dib dizia “isto não é projeto”, porque eram uns fôlderes inconsistentes. Os BRTs já foram feitos e refeitos várias vezes; os corredores, várias vezes. Vem me dizer que a iniciativa privada é melhor do que a pública? Não é, está provado que não é.

Nessa visita do Prefeito a Paris, ele não voltou convencido de que ele precisava valorizar o DMAE, valorizar os seus servidores, como eu achava que Paris poderia convencê-lo. Vamos ver o que ele buscará neste encontro, que, pelo jeito, tem muito a ver com tecnologia, tecnologia via aceleradores, em Tel Aviv, mas é uma conferência na bolsa de valores de Tel Aviv – ops! – especulação da bolsa de valores!

(Aparte antirregimental.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Conferência no Parque de Massada, dia 16; reunião no Parque Tecnológico, agenda em Tel Aviv, reunião com empresas indicadas pelo Consulado-Geral de Israel em São Paulo; reunião dos prefeitos com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, Ministério das relações Exteriores; Centro de Comando da Motorola, em Tel Aviv; e Cônsul-Geral, em São Paulo. Há também indicadores de que houve muita reunião com empresa privada, do Prefeito Marchezan, na outra viagem.

Ver. Adeli, eu quero elogiar a CCJ, a forma como discutiu ontem os seus procedimentos, acho que os procedimentos que nós temos, quando viajamos para a Câmara, e viajamos muito menos no ano passado, viajamos como conjunto. Esta Câmara é exemplar em termos de diárias, às vezes saem notícias de escândalos, em Câmaras do interior, de uso de diárias. A nossa Câmara é muito enxuta nesse sentido, e acho isso muito bom. Mas, no momento que nós viajamos, está a obrigação, no nosso Regimento, de fazer um relatório de viagem. Eu acho que é importante que o Prefeito dê retorno de suas viagens de forma consistente para a cidade de Porto Alegre.

Eu quero dizer que nós nunca condenamos viagens de prefeitos. Nós não queremos que o prefeito use essas viagens para continuar combatendo a sua Cidade e o seu Parlamento, que ele mude de postura, que ele venha construir com a sua Cidade, que venha construir com o seu Parlamento. Segundo, que ele, de fato, preste atenção nas mudanças que outros países fizeram. Eu não vou entrar na polêmica da escolha desse país, Israel, a polêmica da opressão do povo palestino, a polêmica que o Trump faz, dizendo que Jerusalém será de Israel. Jerusalém é uma cidade que acolheu todos os credos religiosos. Concluo dizendo, Ver.^a Mônica, que volte o Prefeito mais humilde e construa a sua Cidade, porque a sua Cidade tem uma péssima avaliação do seu primeiro ano de gestão.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Em votação o PDL nº 001/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO, com abstenções dos Vereadores Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna, Aldacir Oliboni e Marcelo Sgarbossa.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza solicitando a retirada de tramitação do PLCL nº 008/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Apregoo Memorando nº 007/18, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que solicita tornar sem efeito os memorandos nºs 004/18 e 005/18.

O SR. IDENIR CECCHIM (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal – às 17h14min): Esta encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 3045/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 342/17, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, que estabelece diretrizes a serem observáveis pelos órgãos e pelas entidades da Administração Municipal, Direta e Indireta, nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos e dispensa o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no País que se destinem a fazer provas nesses órgãos e entidades.

PROC. Nº 3049/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 343/17, de autoria do Ver. José Freitas, que institui o Sistema Colaborativo de Recarga do Cartão do Sistema de Transporte Integrado (TRI) no Município de Porto Alegre.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Desiste. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Desiste. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h15min.)

* * * * *